


InovaIcict

Revista do  ICICT - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde | www.fiocruz.br/icict | 2012.1

Radis:

30 Anos
dedicados à
saúde pública
brasileira



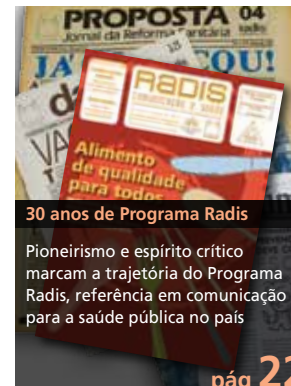
Portal Fiocruz

Lançado durante as comemorações pelos 112 anos da Fundação, nova versão traz inovações para comunicação com o público externo

Arca

Unidades aderem ao Repositório Institucional da Fiocruz

Sumário



XIII ENANCIB

encontro nacional de pesquisa em ciência da informação

Rio de Janeiro | Fiocruz | 2012

A informação na sociedade em rede para inovação e desenvolvimento humano

28 a 31 de outubro

Local: Centro de Convenções SulAmerica | Av. Paulo de Frontin, 1 - Centro Rio de Janeiro | RJ | Visite o site <http://www.enancib2012.icict.fiocruz.br>

Revista Inovalicct • ano 3 • 2012.1



Presidente da Fiocruz **Paulo Ernani Gadelha Vieira** • Vice-presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência **Claude Pirmez** • Vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional **Pedro Ribeiro Barbosa** • Vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação **Nisia Trindade Lima** • Vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde **Valter Rangel Fernandes** • Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde **Jorge Bermúdez** • Diretor do Icict **Umberto Trigueiros Lima** • Vice-diretor de Pesquisa, Ensino e Desenvolvimento Tecnológico **Christovam de Castro Barcellos Neto** • Vice-diretora de Informação e Comunicação **Maria Cristina Soares Guimarães** • Vice-diretora de Gestão e Desenvolvimento Institucional **Adir Maria Rodrigues de Oliveira Glüsing** • Assistente de Ensino **Carlos Eduardo Freire Estelita Lins** • Assessoria de Comunicação Social - Coordenação, revisão e edição **Cristiane d'Ávila** Redação e reportagem **Bel Levy** e **Renata Foutoura** • Serviço de Comunicação Visual - Projeto gráfico, capa e ilustrações **Flávia de Carvalho** Fotos **Bruno Monteiro**, **Graça Portela**, **Marina Boechat**, **Peter Illiciev**, **Raul Santana**, **Vinicius Marinho** (Fiocruz Multimagens), banco de imagens Stock.XCHNG e acervo revista Radis.

Informação livre e acessível

por **Umberto Trigueiros Lima**
Diretor do Ictict



Foto: Vinícius Marinho

Em 2012, a revista Inova Ictict passa a ser semestral. Nesta edição, apresentamos uma retrospectiva das ações mais recentes do Ictict e, ao mesmo tempo, um panorama sobre as nossas áreas de pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e serviços de informação e comunicação em saúde, como parte da atuação estratégica da Fiocruz para o SUS.

Esta é a primeira edição da Inova Ictict após a entrada em vigor, em maio, da Lei de Acesso à Informação (lei nº 12.572 de 18/11/2011, regulamentada pelo decreto nº 7.724 de 16/05/2012). A diretriz reconhece a informação sob a guarda do Estado como um bem público e estabelece como norma a sua divulgação em caráter permanente e da forma mais acessível possível, independentemente da solicitação dos cidadãos – salvo as situações em que sua confidencialidade esteja resguardada por lei. Esta orientação porque garante a transparência pública e a capacidade de vigilância, crítica e acompanhamento da população sobre os governos e suas instituições.

Por princípio, a Lei de Acesso à Informação vem fortalecer o acesso livre à informação científica e tecnológica em saúde como direito do cidadão, ideal que temos defendido incessantemente. Temos procurado, ao longo do tempo,

manter a coerência da nossa prática com o conceito do acesso livre e também dar prioridade ao uso de plataformas e aplicativos virtuais não proprietários.

Esse compromisso está presente na nova versão do Portal Fiocruz, lançada em maio, durante as comemorações pelos 112 anos da Fundação. Atendendo às normas da Lei de Acesso à Informação, o espaço virtual, desenvolvido em plataforma livre, apresenta critérios de acessibilidade e usabilidade mais eficientes e coloca à disposição do público muito mais informação sobre a nossa instituição, suas pesquisas, serviços, cursos ofertados, publicações, assistência à saúde e temas de ciência e tecnologia e saúde pública.

Neste novo cenário, a agenda de trabalho em 2012 tem sido intensa e mobilizadora, exigindo da Fiocruz e do Ictict, particularmente, grande dedicação e efetividade no seu desempenho para dar conta de cumprir sua missão de instituição estratégica de Estado. Essa postura está explícita na participação ativa da unidade nas duas Plenárias Extraordinárias do VI Congresso Interno da Fiocruz, realizadas em maio e agosto deste ano, em busca do aprimoramento do modelo jurídico da Fundação; na atuação de nossos profissionais em apoio ao programa Brasil Sem

Miséria, com iniciativas no campo da Informação e Comunicação em Saúde; e na consolidação de nosso Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), com a conclusão de mais dissertações de mestrado e a realização de processos seletivos para novas turmas de mestrado e doutorado, além da renovação dos cursos de especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde e em Comunicação e Saúde, bem como a continuidade de diversos cursos de atualização e aperfeiçoamento.

A articulação com parceiros externos também avança, sobretudo no âmbito da cooperação internacional, especialmente com Moçambique, Angola e Haiti. Em território nacional, merece destaque a participação do Ictict na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e o fomento ao debate sobre acesso livre a dados ambientais – tema de entrevista nesta edição. Por fim, gostaria de convidar todos os colaboradores a participarem do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIII ENANCIB), que a Fiocruz, através do Ictict e em parceria com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), sediará em outubro. ●



RECIIS

Revista Eletrônica de
Comunicação, Informação
& Inovação em Saúde

A Reciiis é uma revista pluralista, bilíngüe e não-doutrinária, que publica produtos do trabalho científico voltados para a compreensão da dinâmica da arena da saúde nas diversas sociedades contemporâneas. As normas para publicação e outras informações encontram-se no endereço:

www.reciis.icict.fiocruz.br



Icict na África

Desde o ano passado, o Icict integra a cooperação internacional entre Fiocruz e África, impulsionando novas competências, habilidades e conhecimentos na área da Informação e Comunicação em Saúde. Em 2012, a levada ao Instituto Nacional de Saúde de Moçambique, durante visita técnica realizada em março. Em quinze dias, foram desenvolvidas três oficinas sobre reconhecimento e tratamento de acervo bibliográfico, estratégias de acesso virtual à Rede de Bibliotecas da Fiocruz e desenvolvimento de aplicativos bibliográficos em interface web. Uma missão institucional, com o apoio do diretor do Icict, Umberto Trigueiros, e a vice-diretora de Gestão e Desenvolvimento Institucional, Adir Maria Rodrigues de Oliveira Glúsing, esteve em Angola para mapear as condições para o estabelecimento de uma biblioteca de saúde pública na capital, Luanda. As ações também contemplam Cabo Verde. Em junho, técnicos de bibliotecas participaram de um curso sobre acesso à informação, ministrado pelo Icict, em parceria com a Universidade Nova Lisboa e a Organização Mundial da Saúde (OMS).



Foto: Peter Ilkewy

Homenagem a Lobato Paraense

O Salão de Periódicos da Biblioteca de Ciências Biomédicas da Fiocruz foi nomeado Salão de Periódicos Wladimir Lobato Paraense, em homenagem ao pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) que dedicou uma vida inteira à ciência e à saúde. Lobato faleceu em fevereiro de 2012, deixando vasta contribuição científica, sobretudo no campo da Malacologia. A homenagem representa o reconhecimento da contribuição do pesquisador para a saúde pública brasileira e o avanço do conhecimento científico.

Incentivo à pesquisa

Resultados de pesquisas desenvolvidas entre 2010 e 2011 e novas propostas para 2012 e 2013 foram apresentadas em maio, durante edição especial do Centro de Estudos do Icict sobre o Programa de Indução à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PIPD). O edital, comprometido com o fomento à inovação e à produção científica de jovens pesquisadores, busca contribuir com o avanço do conhecimento nas áreas de Informação e Comunicação em Saúde. Prova disso são os últimos resultados, que contemplam a recuperação e divulgação de obras raras da Biblioteca de Ciências Biomédicas da Fiocruz; a experiência da construção coletiva do site Fiojovem; um estudo sobre as demandas dos usuários das Bibliotecas Virtuais em Saúde em Doenças Infectocontagiosas e Parasitárias e em Aleitamento Materno; e outro sobre a produção e distribuição audiovisual em saúde. Além disso, mais dois projetos vêm contribuindo para a geração de conhecimentos na área de Ensino: "Educação Permanente no Icict: integrando ações de Ensino, Gestão e Desenvolvimento" e "Uma Incubadora de Cursos a Distância para o Next e para o Icict". Para o próximo biênio, está previsto o desenvolvimento de mais seis projetos de pesquisa: "A Plataforma Lattes como fonte de informação para gestão, ensino e pesquisa"; "Aplicação de estimergia cognitiva no desenvolvimento de um sistema de recomendação de conteúdos para pesquisadores"; "O uso de redes sociais on-line no site do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde"; "Avaliação de Usabilidade no Autoarquivamento no Repositório Institucional da Fiocruz"; "Jogo Digital para Comunicação e Saúde"; e "Gênero e gestão em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde: um olhar exploratório na Fiocruz".

Doenças negligenciadas na tela



Foto: Centro de Vídeos em Saúde - Di. J. M. de F. Souza

A cena acima faz parte de um documentário sobre paracoco - infecção fúngica que ocorre na zona rural e afeta principalmente agricultores. O filme, dirigido por Eduardo Thielen, está sendo produzido pela VídeoSaúde - Distribuidora da Fiocruz, em parceria com IPEC e ENSP. A equipe está percorrendo todo o território nacional e já esteve em municípios dos Estados do Rio de Janeiro e do Paraná. No segundo semestre, a caravana parte para São Paulo e Rondônia, para concluir as filmagens.

Icict inaugura Centro de Estudos

A interação entre pesquisa, ensino e serviço ganhou um novo espaço em 2012: o Centro de Estudos do Icict. A atividade propõe o debate sobre temas da atualidade relacionados à Informação e Comunicação em Saúde. A programação foi inaugurada em abril, durante as comemorações pelos 26 anos do Icict, com uma mesa-redonda sobre o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS). O fórum também foi oportunidade para divulgação dos resultados de pesquisas realizadas com o incentivo do Programa de Indução à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Icict (PIPD) e para apresentação dos projetos aprovados em 2012. No primeiro semestre, o Centro de Estudos contemplou, ainda, o debate sobre acesso livre a dados ambientais, no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.



Fala Icict: a direção quer ouvir você!

A entrada de novos servidores, a posse de chefes de laboratório e a elaboração do Plano Quadrienal 2011-2014 apresentaram novas demandas para o Icict no segundo semestre de 2011. Para promover a maior interlocução entre os colaboradores da instituição e a construção coletiva de soluções, a campanha "Fala Icict: a direção quer ouvir você!" ganhou os corredores da unidade. A direção quer ouvir você! ganhou o canal de comunicação direto com a direção, fiscais do Icict um canal de comunicação direto com a direção, contribuindo para a formação de um olhar mais apurado sobre a unidade. A importância da troca de informações entre chefias, funcionários e direção foi reforçada pela campanha, que vem promovendo reuniões periódicas, oficinas e disponibilizou urnas com endereço eletrônico para acolher sugestões e críticas - res-pondidas diretamente pelo diretor do Icict, Umberto Trigueiros. Os registros contribuíram, por exemplo, para o fortalecimento do processo de estruturação do Centro de Tecnologia da Informação e da Comunicação (CTIC), para aperfeiçoar o conteúdo da nova versão do Portal Fiocruz, lançada pelo Icict em maio de 2012, e para a definição de metas e estratégias relacionadas a questões de infraestrutura física e recursos humanos.



PPGICS participa de congresso internacional

Professores e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde do Icict (PPGICS) participaram ativamente do 11º Congresso Latinoamericano de Pesquisadores da Comunicação, o ALAIC 2012, realizado em maio em Montevideu, no Uruguai. No Grupo de Trabalho sobre Comunicação e Saúde, liderado pela coordenadora do PPGICS, Inésita Soares de Araújo, foram apresentados trabalhos sobre saúde e os meios de comunicação e estudos sobre o campo da Comunicação e Saúde, abordando suas competências, políticas, práticas e interfaces. Os artigos completos estão disponíveis no site do evento: <http://www.alaic2012.comunicacion.edu.uy>.



Icict no Fiocruz Pra Você

Todos os anos, durante o Fiocruz Pra Você, a Biblioteca de Ciências Biomédicas da Fiocruz transforma-se em um grande posto de vacinação contra a poliomielite. Em 16 de junho 2012, mais de 590 pessoas passaram por lá para receber a imunização.

Jornalismo e Saúde

Jornalistas que atuam na grande imprensa e em instituições de saúde participaram, no primeiro semestre de 2012, do Curso de Atualização em Jornalismo e Saúde, oferecido pelo Observatório de Saúde na Mídia. Durante as aulas, foram abordados conceitos para a análise dos conteúdos produzidos por veículos impressos, televisivos e on-line. Os alunos foram incentivados a refletir e a debater sobre as práticas de comunicação, os modos de produção da imprensa e a dinâmica de visibilidade e silenciamento de discursos na cobertura jornalística.



Segurança do Paciente

A Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou, em março, o curso online e gratuito Introdução à Investigação sobre Segurança do Paciente / Doente. Direcionado a profissionais de saúde e pesquisadores da área, a iniciativa oferece oito módulos disponíveis através de um vídeo e de uma apresentação em Power Point, ministrados por especialistas brasileiros e portugueses. A tradução do curso da OMS para o português foi organizada pela pesquisadora do Icict Cláudia Travassos, coordenadora do Colaborador para a Qualidade do Cuidado e a Segurança do Centro (Proqualis), e pelo pesquisador da Universidade Nova Lisboa, Paulo Sousa, com o apoio da rede ePORTUGUÊSE, da OMS. Também participam da equipe os pesquisadores José Fragata, Maria João Lage, Mônica Martins e Walter Mendes. Para assistir às aulas, acesse o site da OMS: http://www.who.int/patientsafety/research/online_course_portuguese/en/index.html

XIII ENANCIB
Rio de Janeiro | Fiocruz | 2012

28 a 31
de
outubro

A Fiocruz realizará, entre os dias 28 e 31/10, no Rio de Janeiro, o XIII Enancib – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Neste ano, pesquisadores, estudantes e professores de programas de pós-graduação de todo o país vão debater o tema “A informação na sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano”. Até a data de encerramento da submissão de artigos, 15 de julho, 484 participantes enviam propostas aos coordenadores dos 11 grupos de trabalho do XIII Enancib.

Este ano, o Encontro da Ancib – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - é organizado pelo Programa de Pós-graduação stricto sensu em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/ Icict), e deve atrair mais de 600 participantes, que se dividirão em 11 grupos de trabalho. A programação prevê a realização de duas plenárias, a de abertura do evento, a ser realizada pela pesquisadora uruguaia Judith Sutz, e a que encerrará o encontro, com a síntese dos trabalhos apresentados e suas conclusões.

O tema do Encontro “A informação na sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano” é um importante objeto de estudo na área, bem como assunto de suma relevância para o exercício da comunicação na sociedade da informação. A discussão desse tema no XIII Enancib visa a estimular o debate para a proposição de políticas públicas de informação e inovação, promovendo a reflexão sobre ações

que orientem a formação da sociedade. O tema resgata questões já abordadas em encontros anteriores, especialmente no XI ENANCIB, que discutiu “A inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação”.

O programa científico é baseado em apresentações orais e pôsteres, segmentados nos seguintes grupos de trabalho: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação; Organização e Representação do Conhecimento; Mediação, Circulação e Apropriação da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações; Política e Economia da Informação; Informação, Educação e Trabalho; Produção e Comunicação da Informação em CT&I; Informação e Tecnologia; Museu, Patrimônio e Informação; Informação e Memória; e Informação e Saúde.

O Enancib é voltado a professores, pesquisadores, profissionais (mestres e doutores) e estudantes de pós-graduação stricto sensu vinculados aos cursos e programas de pós-graduação em Ciência da Informação e em áreas afins, filiados à Ancib, e aqueles que se dedicam à pesquisa científica em Ciência da Informação e em áreas afins.

Em sua décima terceira edição, o Enancib se firma com o maior evento acadêmico na área da Ciência da Informação e a cada ano atrai um público maior, interessado nos novos rumos dessa ciência.

Acesse:

www.enancib2012.icict.fiocruz.br



Foto: Raul Santana

**@ REGISTRO BRASILEIRO DE
Ensaios Clínicos**

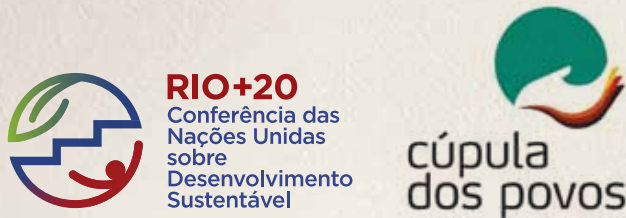
O Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (ReBEC) é uma plataforma virtual de acesso livre para registro de estudos experimentais e não-experimentais realizados em seres humanos, em andamento ou finalizados, por pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

www.ensaiosclinicos.gov.br



Rio+20 e Cúpula dos Povos fomentam o debate sobre acesso livre à informação e a dados ambientais

Sustentabilidade também passa pela informação



O Rio de Janeiro sediou, em junho, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O evento, realizado 20 anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, foi oportunidade para a renovação do compromisso global com o desenvolvimento sustentável, por meio de dois eixos temáticos: “A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e “A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”.

Neste contexto, as relações entre saúde, meio ambiente, informação e comunicação foram tema de edição especial do Centro de Estudos do Ictict, realizada em 31 de maio. Intitulado “Ictict na Rio+20: acesso livre aos dados ambientais”, o seminário recebeu o jornalista Carlos Tautz, coordenador do Instituto Mais Democracia, e o advogado Flávio Ahmed, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB/RJ) e representante da Cúpula dos Povos. Também participaram do evento o diretor do Ictict, Umberto Trigueiros, o vice-diretor de Pesquisa, Ensino e Desenvolvimento Tecnológico da unidade, Christovam Barcellos, a pesquisadora Rosany Bochner, coordenadora do Sistema Nacional de Informações Tóxicofarmacológicas (Sinitox), e o coordenador do Centro de Estudos do Ictict, Antonio Marinho.



Flávio Ahmed, presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB/RJ



Carlos Tautz, coordenador do Instituto Mais Democracia

Em entrevista à Inova Ictict, Carlos Tautz e Flávio Ahmed comentam as implicações entre saúde e meio ambiente e a importância do acesso livre à informação para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.



Inova Ictict – Como o direito à saúde passa pelo direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado?

Flávio Ahmed – Saúde e meio ambiente estão diretamente relacionados. A Constituição Federal de 1988 garante não apenas o direito à vida, mas o direito à qualidade de vida, em um meio ambiente ecologicamente equilibrado – e isso está diretamente relacionado à saúde física, psíquica e emocional das pessoas. Evidências claras disto são as questões envolvendo resíduos sólidos, que resultam nos

grandes lixões presentes em todo o território nacional; o saneamento básico e a contaminação da água, que ainda constitui um enorme desafio ao país; e a poluição do ar, ocasionada sobretudo por veículos automotores, que gera uma série de problemas respiratórios em milhares de pessoas. Mas há também outras formas de poluição menos evidentes ou menos conhecidas que afetam a saúde. Alguns exemplos são a poluição sonora, que hoje registra índices elevadíssimos e pode causar desde sequelas auditivas até o estresse;

a poluição visual dos espaços urbanos, que vem sendo bastante discutida no âmbito das grandes cidades; e, mais recentemente, a poluição eletromagnética, causada por antenas de telefones celulares e redes de transmissão elétrica, que constitui fator de risco para o desenvolvimento de câncer.

Carlos Tautz – Há ainda os efeitos indiretos do meio ambiente sobre a saúde. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, por exemplo, desvia um curso de 100 quilômetros do rio Xingu, o que levará a uma

redução brusca do fluxo de água e a um forte impacto no meio ambiente. Por conta disso, já se espera a explosão de casos de malária na região. Além disso, o rio Xingu garante a segurança alimentar e nutricional das comunidades ribeirinhas e funciona como transporte, espaço de lazer, cultura, enfim, faz parte do *ethos* da população, que agora está ameaçado. Diante deste quadro, tudo o que oferecem para essas pessoas é a remoção para a cidade de Altamira, no Pará, e uma indenização ínfima. Esse é o efeito direto, físico, local da intervenção de um empreendimento como esse sobre o meio ambiente e a saúde das pessoas. E o custo disso para o meio ambiente e a população indígena local – as chamadas externalidades negativas – não é repassado ao investidor privado, que empurra a responsabilidade para o poder público. Mesmo em um caso em que uma intervenção deste porte é justificável – e em relação à hidrelétrica Belo Monte há dúvidas quanto a isso – a legislação indica que o empreendedor, e não a população, arque com as externalidades negativas. Isso pode ser providenciado, por exemplo, pela construção de uma rede de saneamento básico, que traria melhorias imediatas para a saúde das comunidades locais.



Inova Ictt – Como o direito ao meio ambiente equilibrado e saudável está relacionado ao direito à informação?

Flávio Ahmed – As questões relativas ao meio ambiente são entendidas, do ponto de vista jurídico, a partir da noção de direito difuso ou de terceira geração, que engloba as decisões que dizem respeito a toda a sociedade – mesmo a quem não está diretamente interessado no tema. E o acesso à informação é essencial nesse processo. A Política Nacional do Meio Ambiente é categórica ao dispor sobre “a divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico” como um de seus objetivos primordiais. De acordo com a lei, quando a informação não estiver disponível é dever do poder público produzir e disponibilizar esses dados. Isto significa que o poder público tem o dever de agir proativamente na produção desses dados, por exemplo, quando empreendimentos privados não divulgam o impacto ambiental que causam. Outro marco legal importante é a lei nº 10.650, de 2003, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Esse mecanismo disciplina o acesso às informações ambientais e faculta a qualquer pessoa o acesso a documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico.

Carlos Tautz – A transparência dos dados ambientais é um direito

do cidadão brasileiro. A autoridade pública não é proprietária da informação, apenas gestora, e tem o dever da não omissão. Para garantir o exercício da cidadania, a informação precisa ser clara e acessível para todos. Neste sentido, a nova Lei de Acesso à Informação traz um grande avanço para a democratização dos dados ambientais, ao criar normas para a disponibilização de informações públicas, que devem ser de conhecimento do público.



Inova Ictt – Como o acesso livre à informação e a dados ambientais podem contribuir para a cidadania e o desenvolvimento sustentável?

Flávio Ahmed – O meio ambiente é um patrimônio público, por isso o acesso à informação ambiental é muito importante. A questão é como transformar informação em conhecimento, pois o conhecimento é a base para a cidadania, para a interação do cidadão com a realidade política e social em que ele está inserido. Sobre tudo no que diz respeito ao direito ambiental, a questão da informação é essencial e está ligada diretamente à cidadania. Está em curso um movimento de conscientização da sociedade sobre a aplicação da legislação ambiental



ÁguaBrasil

Sistema de avaliação da qualidade da água, saúde e saneamento

O Atlas Água Brasil colabora no entendimento da situação da água usada para consumo humano no país, estimulando o debate sobre a qualidade e cobertura dos serviços de saneamento básico e saúde.

www.aguabrasil.ictt.fiocruz.br

e isso é consequência do maior acesso das pessoas à informação. Também é preciso transformar o acesso à informação em acesso ao conhecimento e numa exigência de cidadania em que cada informação seja disponibilizada em sua concretude, com todas as suas implicações. Isso é essencial para a democracia. Só há cidadania qualificada e participativa na medida em que esse debate se instaurar em toda a sociedade. O desenvolvimento sustentável requer o fortalecimento da cidadania o que, por sua vez, só acontece quando há informação e conhecimento político, social e econômico disponível para a população.

Carlos Tautz – O direito à informação significa acesso à informação qualificada, não mascarada. Ou seja, é preciso que as informações estejam disponíveis e que os cidadãos estejam aptos a utilizá-las. Não basta garantir o acesso se não houver meios para garantir que a informação seja apropriada criticamente pelos cidadãos e influenciem a tomada de decisões conscientes. A Lei de Acesso à Informação é um excelente instrumento, mas deve ser transformada em ação política. Precisamos efetuar uma estratégia nacional de informação pública para resgatar o Estado das mãos das grandes corporações. O Estado brasileiro está entregue hoje a interesses privados e o acesso à informação pública é crucial para reverter essa realidade. A Lei de Acesso à Informação é um primeiro, porém importante passo para o resgate da aura republicana que precisamos reconstruir e precisa ser usada para criar uma cultura e uma vontade política em torno da exigência do direito à informa-

ção como forma de fortalecer a democracia.



Inova Ict – Qual o papel das tecnologias da informação e da comunicação neste processo?

Flávio Ahmed – Em seu papel salutar, a Internet representa um enorme avanço como meio difusor de informação e de conhecimento, para que o cidadão possa fazer um juízo de valor com base em critérios reais e possa tomar decisões qualificadas, contribuindo para a construção de uma democracia participativa. No entanto, verificamos que a Internet, assim como a televisão, faz parte da sociedade da informação – e da manipulação. Por isso é preciso ponderar e relativizar os conteúdos acessados. Como as demais tecnologias da informação e da comunicação, a Internet é um poderoso propulsor de informações, mas é preciso ter cuidado porque na maioria das vezes não sabemos a veracidade e correção dos dados que chegam até nós. O Brasil vive, ainda hoje, uma realidade de exclusão digital muito grande e isso é um complicador à realização de processos democráticos via Internet. Na discussão do Marco Regulatório da Biodiversidade, na Rio92, o anteprojeto de lei foi colocado em consulta pública on-line – mas, por

mais que os grandes formadores de opinião tenham acesso à rede, esta não é a forma mais justa, equitativa, de acolher os sentimentos e percepções de toda a população. Eu tive a oportunidade de discutir o Código Florestal com lavradores do Estado do Rio de Janeiro, que participaram presencialmente dos debates, à noite – tenho certeza que nenhum deles tem acesso à Internet. Por isso, uma consulta pública via Internet sobre o uso da terra não pode ser válida como instrumento de uma política pública participativa.

Carlos Tautz – Apesar de a Internet estar prestes a completar 20 anos de amplo uso no Brasil, ainda tateamos muito sobre para onde vamos. Em termos históricos, esse é um fenômeno recém-nascido. O Brasil vive o fenômeno das *lan houses* – são 120 mil em todo o país, com cerca de vinte computadores, que são utilizados, em média, por dez pessoas diariamente. Isso gera uma média de 20 milhões de acessos à Internet por dia – somente em *lan houses*, que em geral estão instaladas em bairros pobres, onde está localizada a população alvo de políticas assistencialistas. É um fenômeno que precisa ser mais bem estudado, em toda a sua complexidade. ●



Foto: Vinícius Marinho

SINITOX

Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas

Tem como principal atribuição coordenar a coleta, a compilação, a análise e a divulgação dos casos de intoxicação e envenenamento notificados no país pelos Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIATs). Para entrar em contato com o CIAT mais próximo de sua região utilize o Disque Intoxicação:

Disque Intoxicação: 0800 722 6001

Para acessar os dados do SINITOX visite sua página no endereço **www.fiocruz.br/sinitox_novo**

Iniciativa ganha adeptos, avança na definição de uma política institucional e contribui para a geração de conhecimentos no âmbito da Saúde

Todos no ARCA

Preservar e difundir a produção intelectual da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e contribuir para a geração de conhecimentos para a saúde pública brasileira, a partir da perspectiva do acesso livre à informação. Com esses objetivos, o Repositório Institucional da Fiocruz, o Arca, foi lançado em abril de 2011, durante as comemorações pelos 25 anos do Icict/Fiocruz, onde o projeto foi elaborado. Um ano depois, a plataforma ganha cada vez mais adeptos, fortalece suas comunidades e dá os primeiros passos rumo a uma política institucional.



A coordenadora geral do Arca, a pesquisadora Cícera Henrique da Silva, chefe do Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde do Icict, conta que desde o ano passado a equipe vem investindo em uma maior aproximação com as unidades da Fiocruz. O trabalho inclui apresentações da plataforma nos Conselhos Deliberativos das unidades e o treinamento de profissionais da Informação para o depósito da produção intelectual no sistema.

“Este processo é fundamental para que todos possam entender a proposta do Arca e sua importância para a preservação da memória institucional da Fiocruz. Os encontros e treinamentos são estratégicos para que as pessoas esclareçam suas dúvidas e compreendam a importância do depósito da produção intelectual no sistema. A ideia é que todo profissional da Fundação contribua para a alimentação do acervo”, incentiva Cícera.

A pesquisadora informa que, de acordo com experiências internacionais, o crescimento dos repositórios institucionais é mais acelerado quando se faz a opção pelo depósito compulsório da produção científica. “Para consolidar a cultura de autoarquivamento é fundamental uma política institucional que recomende a adesão das unidades e dos pesquisadores da Fiocruz ao Arca. O documento está sendo preparado pela Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação e será um marco para o nosso Repositório Institucional”, adianta Cícera.

Por enquanto, a adesão das unidades da Fiocruz à iniciativa é espontânea e apoiada por treinamentos ministrados pelo bibliotecário Eder Freyre, gestor das comunidades do Arca. Segundo ele, a melhor estratégia para promover o autoarquivamento é capacitar profissionais de Informação para operar o sistema e auxiliar os pesqui-

sadores na tarefa de disponibilizar seus trabalhos. “A ideia é que usuários leigos possam realizar os primeiros passos do autoarquivamento. Em seguida, os profissionais da área de Informação, capacitados para isso, concluem o processo, com a indexação da produção científica pelos descritores da saúde”, explica Eder.

Já receberam treinamento a equipe da biblioteca do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) e das unidades regionais Fiocruz-Bahia e Fiocruz-Minas Gerais. A experiência apontou a necessidade de sistematizar, sob a forma de um manual técnico, as informações e processos referentes ao depósito da produção intelectual no sistema. A Fiocruz é a primeira instituição a elaborar e disponibilizar um manual para tratar de dados de seu repositório institucional, que utiliza as normas internacionais ABNT 6023 e o padrão de metadados Dublin Core.

“É um guia autoexplicativo, que auxilia profissionais da Informação a depositarem informações científicas no Repositório Institucional da Fiocruz. Atualmente trabalhamos com uma versão que está sendo testada pelos profissionais que já receberam o treinamento”, descreve Eder.

Conceição Carvalho, da equipe de gestão do Arca, destaca que o produto é inovador. “A maioria dos repositórios institucionais não trabalha com uma publicação deste tipo ou, se a produziu, não a disponibiliza para outras instituições. Seguindo a premissa do acesso livre à informação, nosso objetivo é incluir, no próprio Arca, uma versão digital do documento, que estará disponível para todos os interessados”, revela.

Cícera lembra que o manual é dinâmico e deve ser sempre atualizado, de acordo com as novas experiências,



Foto: Vinícius Mairino



Para consolidar a cultura de autoarquivamento é fundamental uma política institucional que recomende a adesão das unidades e dos pesquisadores da Fiocruz ao Arca. O documento está sendo preparado pela Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação e será um marco para o nosso Repositório Institucional

Cícera Henrique da Silva, coordenadora geral do Arca



O manual técnico do Arca é um guia autoexplicativo, que auxilia profissionais da Informação a depositarem informações científicas no Repositório Institucional da Fiocruz. Atualmente trabalhamos com uma versão que está sendo testada pelos profissionais que já receberam o treinamento

*Eder Freyre,
gestor das comunidades do Arca*

a necessidade de cada comunidade e as soluções encontradas. “Uma unidade da Fiocruz que queira incluir os cadernos de pesquisas de campo no Arca não encontrará a orientação no Manual, pois esta demanda ainda não foi recebida. E então o guia terá que ser atualizado”, exemplifica.

O Arca também tem incentivado a produção científica na área da Informação no País. Em 2011, duas dissertações de mestrado sobre a política de acesso livre e o reuso de informação foram defendidas e um projeto de pesquisa foi iniciado no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde do Ictit (PPGICS).

A experiência tem proporcionado, ainda, a articulação entre serviço, ensino e pesquisa. Um exemplo é a contribuição da comunidade do IFF ao aprimoramento do Arca, a partir de um projeto de pesquisa submetido ao Programa de Indução à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Ictit (PIPDT). “O objetivo é aprimorar a arquitetura da informação para o processo de autoarquivamento, de acordo com as impressões dos usuários, para que o processo seja o mais simples possível – o que é fundamental para ganhar e manter participantes ativos”, explica a bibliotecária Viviane Veiga, gestora da comunidade do IFF no Arca.



Unidades da Fiocruz aderem ao Arca

A partir de recomendação do Conselho Deliberativo do Ictit, desde o ano passado a equipe do Arca vem investindo em uma maior aproximação com as unidades da Fundação, para complementar a estratégia de divulgação da iniciativa, que inclui também apresentações em eventos científicos nacionais e estrangeiros. O trabalho já apresenta resultados, com a adesão de diversas bibliotecas e fontes de informação ao Repositório Institucional da Fiocruz.

Hoje, já constam no Arca, além da produção científica do Ictit, parte da do IFF, do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), do Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (IPEC/Fiocruz), das unidades regionais da Bahia, Minas Gerais e Amazônia e da Editora Fiocruz, que solicitou a abertura de uma comunidade para o depósito de seis livros que estavam esgotados.

A coordenadora geral do Arca, Cícera Henrique, conta que a preocupação com a preservação da memória institucional da Fiocruz era compartilhada com outras unidades, o que motivou a adesão ao sistema. “É o caso do IFF, da Fiocruz-Bahia e da Fiocruz-Minas Gerais, que já haviam promovido o levantamento da produção científica de seus pesquisadores e buscavam uma metodologia para disponibilizá-la, na perspectiva do acesso livre à informação”, detalha a pesquisadora.

A bibliotecária Viviane Veiga, do IFF, informa que a opção pelo depósito compulsório da produção científica foi baseada nos modelos internacionais de repositórios institucionais. “O autoarquivamento é a lógica de surgimento dos repositórios. O próprio autor pode inserir os seus trabalhos no Repositório Institucional e reunir todos os seus do-

cumentos em um único espaço virtual, que pode ser acessado de qualquer lugar do planeta”, defende.

A estratégia do Ictit de apresentar às unidades da Fiocruz as contribuições do Arca é replicada internamente pelas unidades que já aderiram à iniciativa. No IFF, a cerimônia de celebração do aniversário da unidade, em novembro de 2011, foi oportunidade para mobilização dos profissionais e pesquisadores. “Fizemos a proposta de autoarquivamento durante o lançamento da comunidade do IFF e registramos a adesão espontânea de muitos colaboradores. O resultado foi animador”, comemora Viviane.

Na Bahia, a adesão dos pesquisadores ao Repositório Institucional da Fiocruz ainda requer mais esforços de divulgação e mobilização. Algumas palestras já foram realizadas para apresentar as contribuições do Arca à preservação da memória institucional e à difusão dos conhecimentos gerados na unidade, mas poucos autores aderiram à dinâmica de autoarquivamento.

A gestora da comunidade virtual da Fiocruz-Bahia no Arca, a bibliotecária Martha Silveira Berbert, conta que, neste primeiro momento, a produção científica está sendo inserida pelas bibliotecárias da unidade. “As dissertações de mestrado e teses de doutorado que estão sob a guarda de nossa biblioteca já estão no sistema. E instituímos uma política para a entrega de versões em pdf dos novos trabalhos que forem incorporados ao acervo, o que facilitará a migração para o Arca”, descreve Martha.

Para a bibliotecária, a proposta do Arca é inovadora e trará inúmeros benefícios para a instituição e seus pesquisadores e profissionais. “Este movimento é fundamental para a preservação da memória institucional da Fiocruz e para a concentração da produção científica de nossa uni-

Por dentro do Arca



O Repositório Institucional da Fiocruz, o Arca, é uma iniciativa para a preservação e disseminação do conhecimento técnico-científico gerado na Fundação. O objetivo é ampliar a visibilidade da produção científica e contribuir para a preservação da memória institucional.

Com uma plataforma tecnológica desenvolvida a partir das premissas do conhecimento aberto e do acesso livre à informação, a iniciativa representa o compromisso com a transparência nas pesquisas realizadas com financiamento público. E convida os produtores de conhecimento a participar desta nova proposta de comunicação científica em saúde.

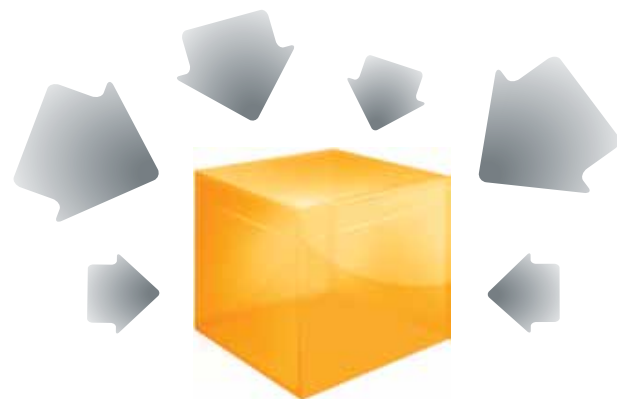
O sistema está organizado pela lógica de comunidades e coleções temáticas. Cada comunidade tem um gestor e autonomia para organizar suas coleções. Podem ser depositados no Arca artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, trabalhos apresentados em congressos, relatórios técnicos, vídeos e demais conteúdos digitais originários de atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico.

O conteúdo disponível no Arca pode ser acessado via web por todos os interessados, desde que respeitados os padrões estabelecidos no manual. A plataforma permite a pesquisa por título do trabalho, assunto, autor ou data de publicação e por comunidade, coleção temática ou em todo o acervo. Desta forma, a contribuição científica da Fiocruz à saúde pública brasileira torna-se acessível a toda a sociedade.



O autoarquivamento é a lógica de surgimento dos repositórios. O próprio autor pode inserir os seus trabalhos no Repositório Institucional e reunir todos os seus documentos em um único espaço virtual, que pode ser acessado de qualquer lugar do planeta

*Viviane Veiga,
gestora da comunidade do IFF no Arca*



de, que vai adquirir mais visibilidade e maior repercussão no meio acadêmico ao estar disponível através de ferramentas de busca amplamente utilizadas, como o Google”, sintetiza.

Além de promover o treinamento de bibliotecários para a inserção de conteúdos no Repositório Institucional da Fiocruz, a equipe do Arca garante o atendimento e acompanhamento de unidades da Fundação que apresentam outras necessidades. “As unidades da Fiocruz têm perfis bastante diferenciados e, conseqüentemente, demandas distintas. É fundamental respeitar essas especificidades e incentivar que a adesão ao Arca seja feita do modo mais adequado a cada unidade”, afirma a coordenadora geral do repositório, Cícera.

É o caso da Fiocruz-Amazônia, uma unidade recente, com corpo técnico reduzido, que conta com somente um bibliotecário. “A produção científica ainda é incipiente e por isso optamos por realizar no Ictid o depósito dos artigos científicos de seus pesquisadores”, conta Conceição Carvalho, da equipe de gestão do Arca.

A Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) também estuda a melhor maneira de aderir à iniciativa e já convidou a equipe do Arca para apresentar

a plataforma aos pesquisadores e dirigentes da unidade. Cícera afirma que a solicitação foi prontamente atendida e que a solução para integração da unidade ao Arca está sendo elaborada coletivamente. “A COC tem um perfil bastante diferenciado, com muito arquivo histórico a ser disponibilizado. Há também a literatura cinzenta, de difícil obtenção porque não está disponível comercialmente. São pré-prints, trabalhos apresentados em congressos que não foram publicados em anais, além de correspondência pessoal entre pesquisadores”, informa.

A coordenadora geral do Arca reconhece que, apesar dos avanços, alguns desafios ainda se impõem e que a adequação tecnológica do sistema é uma preocupação constante. “Estamos buscando a interoperabilidade do Arca com repositórios temáticos, o banco de imagens da Fiocruz, o Laboratório de Digitalização de Obras Raras e as bibliotecas virtuais. Outro desafio é a inclusão de imagens no sistema, pois os metadados utilizados atualmente para representar a parte iconográfica se referem somente a filmes – e o acervo inclui, também, muitas fotografias. É um trabalho extenso e minucioso que vem sendo melhorado a cada dia”, conclui Cícera. ●



Luciana Gimenez,
doadora de leite e
mãe de Lorenzito.

Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano

A Rede BLH tem por missão a promoção da saúde da mulher e da criança mediante a integração e a construção de parcerias com órgãos federais, a iniciativa privada e a sociedade.

www.fiocruz.br/redeblh

Pioneirismo e espírito crítico marcam a trajetória do Programa Radis, referência em comunicação para a saúde pública no país

Programa Radis completa 30 anos



Abordar a saúde em seu conceito ampliado, ressaltar a importância dos determinantes sociais da saúde e reforçar a luta da Reforma Sanitária. Estes foram os pontos de partida para o lançamento do Programa Radis – Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde – que completou 30 anos em junho.

Idealizada em 1982 pelo então professor do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), o economista-sanitarista Sérgio Goes de Paula, a iniciativa foi criada com o objetivo de levar informação em saúde a profissionais e ex-alunos dos cursos da instituição. Hoje, o programa soma mais de 291 edições e é referência na comunicação em saúde. A trajetória é marcada pelo perfil inovador das publicações, que somam 88 edições da revista Súmula, 23 da revista Tema, 20 da revista Dados, 36 do jornal Proposta e, até o final de 2012, 124 da revista Radis, que há 10 anos convergiu em um único formato todas as publicações e hoje conta com 77 mil assinantes.

A revista Radis incorporou as publicações, ampliou os conteúdos e trouxe um novo projeto gráfico. Já em sua primeira edição, em agosto de 2002, a revista reafirmou o perfil herdado das publicações anteriores e apresentou em sua matéria de capa as propostas para a saúde dos então seis candidatos à Presidência da República. De lá pra cá, seu conteúdo inclui coberturas importantes – como as das edições da Conferência Nacional de Saúde – e reportagens investigativas que buscam democratizar informações e reafirmar o direito à comunicação como fundamental para a garantia do direito à saúde.

Nestas três décadas, reportagens marcantes registraram momentos históricos da saúde pública brasileira, sempre com um olhar crítico e reflexivo. É emblemática a cobertura da Assembleia Constituinte, em 1988, quando o país se preparava para a redemocratização.

Na mesma época, em 1987, no início da epidemia de Aids no Brasil, quando pouco se sabia sobre a doen-



As quatro publicações acima deram origem à revista Radis

ça, a revista Tema foi o primeiro veículo a discutir amplamente o assunto, desde as questões biológicas da infecção até suas implicações sociais. Em outros momentos, como o início da municipalização da saúde, o Programa Radis percorreu o país para registrar como o processo acontecia em diferentes cidades e mostrar as dificuldades e experiências de sucesso. Suas páginas também deram visibilidade a temas muitas vezes negligenciados, como população indígena, trabalhadores sem terra e violência doméstica – sempre sob a ótica da saúde.

Criado com o objetivo de levar informação em saúde a profissionais e ex-alunos dos cursos da ENSP, hoje o programa soma mais de 291 edições e é referência na área.



Primeiro número da revista Radis, de 2002

Linguagem jornalística para propagar a Reforma Sanitária

As primeiras publicações do Programa Radis tinham participação maior de economistas e sociólogos. Naquele momento, a comunicação ainda tinha uma lógica de transmissão de informação, mas já contava com um texto conciso, que incluía também análise, especialmente na revista Súmula. As revistas Tema e Dados também não traziam textos muito acadêmicos, como os de uma revista técnico-científica.

A virada jornalística aconteceu entre os anos de 1986 e 1987, a partir de marcos como a posse de Sérgio Arouca como presidente da Fiocruz e a 8ª Conferência Nacional de Saúde. Vindos da redação do jornal O Globo, Álvaro César Nascimento, Marcus Barros Pinto, Rogério Lannes, hoje coordenador do Programa Radis, formaram a nova equipe do Programa e construíram o perfil que hoje é o diferencial da revista.

“A mudança aconteceu por uma necessidade de propagar os princípios da Reforma Sanitária e de envolver a sociedade nas discussões da saúde, em especial, das discussões que viriam acontecer durante a Assembleia Constituinte, no ano seguinte. Além disso, a linguagem jornalística era a opção mais apropriada para fazer a interlocução entre a academia, o movimento de políticas públicas que era realizado na época e a sociedade”, avalia Lannes.

O jornalista Álvaro César Nascimento, que fez parte da equipe do Radis durante 14 anos, destaca a cobertura do processo da Assembleia Nacional Constituinte como a mais marcante. “Durante mais de um ano, ficamos no chamado fio da navalha, como jornalistas e ao mesmo tempo militantes da saúde pública. Foi um período virtuoso tanto para o profissional como

para o militante político. E ao final, conseguir inserir no texto constitucional a visão ampla da saúde que sempre defendemos foi simplesmente fantástico, derrotando as visões conservadoras que viam a saúde como mais um meio de comércio”, avalia o hoje pesquisador da ENSP/Fiocruz.

Outro destaque dessa transição foi a publicação da primeira reportagem investigativa sobre saúde do trabalhador, na revista Tema nº9, em novembro 1987. O repórter Marcos Barros Pinto foi até o Vale da Ribeira, em São Paulo, e registrou a relação entre a saúde dos agricultores e o uso de agrotóxicos. O olho da matéria destacou a fala de uma senhora que havia perdido o marido, morto em decorrência de complicações derivadas da exposição aos agrotóxicos. A matéria chamou atenção pelo ineditismo do tema – na época a Fiocruz ainda estava implantando o Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh) – e pela pluralidade das vozes incluídas.

A realização de uma busca com a finalidade de ampliar o cadastro de assinantes para públicos estratégicos também foi realizada durante o período. A gratuidade da revista contribuiu para que os objetivos de promover a saúde, a cidadania e divulgar o pensamento sanitário fossem alcançados de forma eficiente. Associações de moradores, sindicatos de trabalhadores, parlamentares, gestores e outros atores importantes passaram a fazer parte do cadastro e receber a Radis.

Jornalismo crítico e independente em defesa do SUS

Com uma linha editorial que defende a Reforma Sanitária, o capítulo de seguridade social da Constituição Federal e o Sistema Único de Saúde

(SUS), a revista Radis faz um jornalismo crítico e independente. Característica rara na área da saúde, a publicação se diferencia das vertentes mais comuns, como assessoria de imprensa, produção de materiais educativos e publicidade, que reforçam o modelo campañista de comunicação em saúde.

Para editora da revista, Eliane Bardanachvili, a Radis exerce um papel fundamental na construção de significados sobre a saúde e o SUS. “Nada é publicado à toa, tudo é pensado com muito cuidado, sempre com uma intenção. Por isso, não somos imparciais, defendemos os ideais sanitaristas e, se for necessário, criticamos para fortalecer. É inviável depender da mídia comercial para entender o conceito ampliado de saúde e os princípios que norteiam o SUS. Oferecemos ao leitor essa possibilidade e buscamos dar voz à sociedade em nossas páginas”, avalia a editora.

Subeditor da Radis, Adriano De Lavor integra a equipe desde 2006 e revela que a relação com a revista é antiga. “Anteriormente, trabalhava em uma ONG que atua na prevenção da Aids e a Radis já era uma referência para mim. Meu primeiro texto publicado na revista foi na seção de cartas, ainda como leitor”, lembra. Entre as matérias mais impactantes que produziu, Adriano destaca a que abordou a formação de agentes comunitários indígenas na Amazônia. “Passamos uma semana na aldeia Vila Nova, na região do Alto do Rio Negro. Lá, acompanhamos a capacitação desses agentes e o resgate de pacientes na área”, conta Adriano. A reportagem é emblemática não apenas pelo seu contexto, mas também porque gerou outras matérias sobre o tema e uma pesquisa acadêmica, desenvolvida por Adriano, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) do Ict.

Também na equipe desde 2006, o repórter Bruno Dominguez diz que aprende algo novo em cada matéria que escreve. “As reportagens que mais me marcaram foram as que demandaram visitas a lugares distintos. Conhecer pessoas diferentes e outras realidades de nosso país é muito enriquecedor. Um exemplo é a reportagem sobre os 20 anos do Movimento dos Sem Terra, publicada na edição de dezembro de 2009 da revista Radis. Tive a oportunidade de ver de perto como são os acampamentos e assentamentos e tentei descrever um lado pouco visto e falado pela grande imprensa”, destaca o jornalista.

Novata na equipe, com menos de um ano de atuação, a repórter Elisa Batalha passou por batismo de fogo. No primeiro mês de trabalho, participou da cobertura da 14ª Conferência Nacional de Saúde, em 2011. A jornalista considera a matéria da capa da edição de maio de 2012, sobre saúde materno-infantil e assistência ao parto, como a mais significativa que produziu. “Partimos de um caso de uma gestante e acompanhamos o parto. Com muita liberdade, pude propor a pauta e aprofundar aspectos relacionados à alta taxa de cesarianas no Brasil, a medicalização do parto, a humanização do nascimento e abordar essas questões sob a ótica da gestante e dos profissionais de saúde”, dispara Elisa.

Coordenada pelo jornalista Rogério Lannes e subcoordenada por Justa Helena de Franco, a equipe da Radis ainda conta com o trabalho da subeditora de arte Marina Boechat, da designer Natália Calzavara e dos estagiários Anna Carolina Düppert e Lucas Pelegrineti. Na área de documentação, Jorge Ricardo Pereira, Laís Tavares e Sandra Suzano Benigno são os profissionais responsáveis. Osvaldo José Filho cuida da mala direta e Fábio Lucas é o responsável pela administração.



Revista Tema de novembro de 1987: drama no Vale do Ribeira

A virada jornalística aconteceu entre os anos de 1986 e 1987, a partir de marcos como a posse de Sérgio Arouca como presidente da Fiocruz e a 8ª Conferência Nacional de Saúde.

Foto: Marina Boechat

Com a palavra, Rogerio Lannes

Em comemoração aos 30 anos do Programa Radis, a Inova ICICT conversou com o seu coordenador, o jornalista Rogério Lannes, que já dedica 25 anos de sua carreira à iniciativa.

Inovalcict - Há 30 anos, abordar saúde em seu conceito ampliado não era comum. Além do pioneirismo neste aspecto, quais foram as inovações que o Programa Radis trouxe para a comunicação em saúde?

Rogerio Lannes - Na época em que o Radis foi lançado já existiam algumas referências sobre o conceito ampliado de saúde, que eram trabalhadas em cursos de saúde pública ou medicina social e preventiva, importantes núcleos de pensamento contra-hegemônicos que combatiam a ditadura militar, como o Centro Brasileiro de Estudos sobre Saúde (Ceres). Mas não havia um periódico ou publicação que tratasse do tema de forma mais aprofundada. Além disso, o Programa trazia como novidade uma característica de educação continuada, feita naquele momento somente por meio de cartilhas ou de textos acadêmicos, de revistas científicas. O Radis adotou um texto mais simplificado, mais dinâmico, inovando neste aspecto também. Outra característica importante foi a implantação de um modelo de observatório, até então incomum nas áreas da saúde e da comunicação. Matérias publicadas sobre saúde na grande imprensa eram analisadas, comentávamos a forma como os assuntos haviam sido tratados, fazíamos correlações com aspectos como custo de vida e renda familiar e, quando necessário, acrescentávamos algumas informações.

Inovalcict - Em 1988, o Radis adotou a linguagem jornalística. Como foi cobrir a Assembleia Constituinte já com este perfil?

Rogerio Lannes - Neste momento, foi possível exercer nosso ofício

de repórter. O jornal Proposta era um tablóide que fazia uma cobertura diferenciada do que acontecia no Congresso Nacional. Antecipávamos a discussão, mostrando quais eram os blocos que estavam em conflito, estimulando o debate para reverter a favor da saúde aquela determinada situação. Não informávamos o ocorrido apenas, problematizávamos as questões mais pertinentes para a saúde pública brasileira. Neste sentido, o jornal teve um papel mobilizador.

Inovalcict - O que mudou nesses 30 anos?

Rogerio Lannes - Além de ter se tornado esteticamente mais atraente, a nova revista, com dimensões reduzidas, papel mais leve e maior número de páginas permitiu mais diversidade com menor custo. Conseguimos também alcançar uma periodicidade mensal impecável. Hoje, cada edição tem um custo de impressão inferior a R\$ 1,00. Isso garante a gratuidade e é pensado e calculado para atender a demanda que cresce cada vez mais. Nos últimos 10 anos, o número de assinantes aumentou de 32 mil para 77 mil. Metade são assinantes individuais e isso nos orgulha muito. Temos uma lista de espera de cerca de 900 pessoas que querem assinar a revista. Todos os municípios e estados do Brasil recebem a Radis. Instituições de pesquisa, conselhos e secretarias estaduais e municipais de saúde, além de jovens profissionais, estudantes, professores, novas lideranças comunitárias e veículos da mídia nacional e regional também recebem a publicação. Em relação à linha editorial, não houve

mudanças. Não somos imparciais desde sempre e assumimos isso. Nós exercemos nas matérias os mesmos princípios que queremos para o SUS, quem participa do discurso são todos os segmentos que estão envolvidos no processo da saúde. A presença de todas essas vozes é uma das nossas principais características.



Inovalcict - A Radis é uma referência no modelo impresso. E na Internet, como o Programa vem trabalhando?

Rogerio Lannes - Há oito anos, sem falhar, publicamos no site a nova edição da revista no primeiro dia do mês. Hoje há mais ênfase aos formatos digitais. Mas o acesso às matérias de saúde com o recorte que fizemos ainda é pequeno. Uma mudança interessante está no perfil de matérias epidemiológicas que tínhamos na Dados, por exemplo. Transformamos conteúdos sobre câncer, regiões metropolitanas, Aids e outros

temas, que ocupavam uma edição de 36 páginas, em matérias mais dinâmicas, que trazem um texto que desperte a curiosidade do leitor e apresente os principais dados em, no máximo, seis páginas. A partir dessa leitura, quem se interessar sobre o tema pode buscar aprofundamento procurando estudos, gráficos e tabelas disponíveis na Internet. Com o material de fotografia acontece o mesmo. Também disponibilizamos no site um formulário de sugestão de pauta, que resulta em boas matérias sobre assuntos que muitas vezes não estão na agenda tradicional da saúde. Isso é uma boa sinergia.

Inovalcict - E quanto ao futuro do Programa? Quais as expectativas, o que os leitores podem esperar?

Rogerio Lannes - Queremos manter a credibilidade e a proximidade que conquistamos com os nossos leitores e estimular cada vez mais a participação deles, preservar nossa sintonia com os movimentos sociais da saúde e acentuar a presença das diferentes falas em nossas reportagens. Renovamos nosso site, mas pretendemos avançar mais neste processo, trabalhar as redes sociais e as dinâmicas próprias desse universo, mantendo nossa linha editorial. Outro objetivo é conseguir digitalizar nosso acervo fotográfico e de recortes de jornal, que reúne 250 mil matérias jornalísticas dos últimos 30 anos, devidamente preservadas. Também queremos aumentar nossa função de levar essa experiência para a área acadêmica, em cursos, tanto na pós-graduação, como no nível técnico, que abordam comunicação em saúde.

Conheça as publicações do Programa Radis



Revista Tema

Com 23 edições, aprofundava assuntos específicos da área da saúde. Sua primeira edição, em 1982, trouxe como tema Regionalização, municipalização e participação comunitária – Descentralização dos serviços da saúde.



Revista Dados

Analisava em suas páginas informações epidemiológicas. A primeira de suas 20 edições estampou o título Morbidade e Custo de Vida, apresentando um estudo coordenado pela pesquisadora do Ict Célia Landmann, também em 1982.



Revista Súmula

Contabilizou 88 edições e teve como chamada principal na primeira delas, em 1982, Pólio, o êxito das campanhas, abordando a queda brusca da incidência da poliomielite no Brasil.



Jornal Proposta

Publicação em formato tablóide que reforçou o perfil jornalístico do Programa. Foram 36 edições a partir de 1987, com destaque para cobertura da Assembléia Constituinte, em 1988.



Revista Radis

Nasceu da fusão de todas as outras publicações e completa 10 anos em 2012. No fim do ano, chegará a 124 edições, distribuídas mensalmente a 77 mil assinantes.



Foto: Bruno Monteiro



Foto: Marina Baczki

A equipe coordenada por Rogério Lannes em reunião de pauta. Na foto, da esquerda para a direita: a editora Eliane Bardanachvili, o repórter Bruno Dominguez, o estagiário Lucas Pelegrineti, o seditador Adriano De Lavor, a estagiária Anna Carolina Düpperte e a repórter Elisa Batalha.



PROQUALIS
APRIMORANDO AS PRÁTICAS DE SAÚDE

Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e a Segurança do Paciente

Sua missão é contribuir para a melhoria continuada da qualidade dos cuidados de saúde no Brasil, facilitando o acesso ao conhecimento e a tecnologias.

<http://proqualis.net>



Ministério da Saúde
PROCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ICICT
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Adequação às diretrizes da Lei de Acesso à Informação e maior aproximação com o público externo da Fundação estão entre as inovações

Portal Fiocruz em nova versão

Com estrutura e layout inovadores e o compromisso de apresentar os serviços da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para a população brasileira, a nova versão do Portal Fiocruz está no ar desde 25 de maio de 2012.



Ilustrações: Aldo Moura e Bruno Oliveira



Lançada durante as comemorações pelos 112 anos da Fundação, a plataforma oferece ao usuário novas alternativas de busca, amplia o acesso de pessoas com necessidades especiais e inclui ferramentas compatíveis às novas mídias e às redes sociais on-line.

Para melhor atender os internautas que acessam o portal, a equipe do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação (CTIC) do Icict, responsável pela reformulação da plataforma, utilizou como matéria-prima a análise dos registros de solicitações recebidas por meio do serviço Fale Conosco. A definição da nova estrutura também foi balizada pelas diretrizes da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no mesmo mês em que a nova versão do Portal Fiocruz foi lançada.

O regulamento abre ao cidadão brasileiro, de forma inédita, o acesso pleno a informações públicas não sigilosas e determina que sites de órgãos públicos disponibilizem os dados de forma organizada e ampliada para garantir a transparência das ações. “Uma das exigências é a implantação do Serviço de Informação ao Cidadão. Neste aspecto, aperfeiçoamos o serviço de Fale Conosco, que já existe desde 2005. Além disso, passamos a disponibilizar informações relacionadas a auditorias, convênios, despesas, licitações e contratos”, explica o assistente técnico do Portal Fiocruz, Rodrigo Ferrari. A atualização da plataforma tecnológica também faz parte da adequação, já que é aberta, gratuita – como recomenda o Governo Federal – e contemplará a migração de sistemas mais complexos, integrando todas as unidades da Fiocruz.

Segundo Ferrari, o grande beneficiado com a nova versão é o público externo da Fiocruz, que pode contar com mais alternativas de busca, por tarefas e índice remissivo. Outra novidade é a navegação editorial, que



Primeiros rascunhos da estruturação das páginas internas do novo Portal

Estudo de wireframe da página inicial



Iconografia desenvolvida para as funcionalidades



Para melhor atender os internautas que acessam o portal, a análise dos registros de solicitações recebidas por meio do serviço Fale Conosco serviu como matéria-prima para a reformulação da plataforma

possibilita o destaque de temas atuais, que estejam em debate em um determinado momento, como um surto de dengue ou doenças que surjam em decorrência de uma enchente, por exemplo. “A partir de uma estrutura horizontal, o novo portal não utiliza como base o organograma da instituição – e sim os serviços oferecidos à população brasileira”, esclarece Ferrari.

Para a editora-chefe do Portal Fiocruz, Márcia Lisboa, a flexibilidade gerada pela navegação editorial traz um avanço significativo. A jornalista lembra que a versão anterior limitava o destaque a eventos importantes, que requerem um período maior de divulgação. Agora, além de aproveitar uma área maior para banners, é possível divulgar eventos simultâneos, convocações para seminários e cursos. “Este é um grande ganho não só para o público externo, que utiliza o Portal para conhecer melhor a Fiocruz e saber o que ela oferece, como também para a instituição, que tem unidades autônomas, que precisam ser contempladas com a mesma intensidade”, avalia Márcia.

A equipe do CTIC também investiu na reformulação do design, para tornar o Portal Fiocruz mais atrativo e eficiente. “Desenvolvemos um projeto gráfico com o objetivo de gerar mais alternativas, criar soluções para divulgar ações importantes e possibilitar uma maior flexibilidade na arquitetura de informação. Na versão anterior, era necessário se enquadrar em um padrão tecnológico restrito. Solucionamos o problema e hoje temos um repertório maior”, define o designer Aldo Moura. O acesso das pessoas com deficiência também está garantido. “Foram implantados dispositivos para deficientes de tela e motores, como o aumento de fonte e contraste”, complementa o designer.

Trabalho direcionado pelas necessidades da população

A análise das solicitações recebidas pelo serviço Fale Conosco serviram como base para a reformulação do Portal Fiocruz. O trabalho possibilitou o levantamento das principais dificuldades no acesso e a identificação das demandas mais frequentes da população. “O registro de solicitações nos proporcionou um material qualitativo muito rico. Antes da implantação do serviço, as informações se limitavam ao tempo que o usuário permanecia no portal e de onde ele acessava”, ressalta Rodrigo Ferrari.

A pesquisa contribuiu para aperfeiçoar o trabalho e definir estratégias para chegar ao objetivo final de disponibilizar um portal eficiente e amigável para os cidadãos. “A Fiocruz é uma instituição pública, que presta serviço para a população brasileira. Neste contexto, um instrumento como o Fale Conosco nos permite saber o que o público externo espera encontrar e como as informações que disponibilizamos chegam até ele. Identificamos, por exemplo, que os cursos e serviços lideram o ranking de busca e passamos a dar mais destaque para essas informações”, reforça Márcia Lisboa.

A próxima etapa do trabalho inclui a implantação do Laboratório de Usabilidade. No espaço, grupos focais formados por representantes dos públicos interno e externo da Fiocruz farão uma avaliação do Portal, que será submetido a testes para identificar oportunidades de aperfeiçoamento. O objetivo é confirmar se o portal atende às demandas dos usuários e se está sendo compreendido pelos diferentes segmentos da população. “O Portal seria o primeiro produto a ser a

ser estudado pelo Laboratório. A partir dessa experiência, outros serviços como os sistemas de informação do Ict e de outras unidades da Fiocruz serão avaliados, como a Plataforma SIGA, utilizada pelos programas de pós-graduação.”, adianta Ferrari. ●



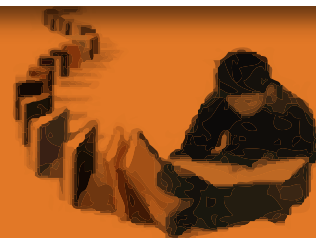
Foto: Vinícius Marinho

A definição da nova estrutura foi balizada pelas diretrizes da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no mesmo mês em que a nova versão do Portal Fiocruz foi lançada

PPGICS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

O mestrado e o doutorado acadêmico em informação e comunicação em saúde constituem níveis independentes e terminais de ensino, qualificação e titulação.

www.fiocruz.br/pos_ict



Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS) provoca polêmica

Um ranking para a saúde?



A divulgação da metodologia utilizada pelo Ministério da Saúde para avaliar os serviços brasileiros e o ranqueamento da saúde pública nacional promoveu debates e reflexões sobre o uso de indicadores compostos ou agregados na avaliação e classificação de instituições, municípios ou países.

IDSUS
ÍNDICE DE DESEMPENHO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE



A avaliação de políticas e sistemas públicos muitas vezes gera polêmica, no que diz respeito aos resultados atribuídos às experiências analisadas e aos critérios utilizados para tal. Com o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS) não foi diferente. A divulgação da metodologia utilizada pelo Ministério da Saúde para avaliar os serviços brasileiros e o ranqueamento da saúde pública nacional promoveu debates e reflexões sobre o uso de indicadores compostos ou agregados na avaliação e classificação de instituições, municípios ou países. A crítica geral gira em torno da premissa de que a saúde engloba diversas dimensões da vida humana e, por isso, não pode ser avaliada de forma compartimentalizada, pela soma de diferentes variáveis.

Em artigo publicado no blog do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), José Noronha, pesquisador do Ictit / Fiocruz e diretor ad-hoc do Cebes, explica: "A proposta central é de que a saúde é multidimensional e deve ser avaliada matricialmente e não somando variáveis de dimensões diferentes para chegar a um índice único. E ainda pior, em corte transversal, sem levar em conta a evolução de cada uma das variáveis ao longo do tempo". O resultado, para Noronha, é desastroso: "O IDSUS soma mortalidade infantil com acesso, com taxas de cesarianas, frequência de consultas pré-natais, com cobertura nominal do Programa Saúde da Família e mais outros tantos para chegar ao tal indicador único e classificar Estados e municípios. O resultado não podia ser outro. Atribui ao SUS uma nota medíocre desprovida de significado lógico, que foi logo embalada pela grande imprensa como prova contundente de seu fracasso", dispara o pesquisador.

Comprometido com a geração de conhecimentos nos campos da



Ilustrações da "Apresentação do Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde - IDSUS, disponível em: < http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=38696 >

Informação e da Comunicação em Saúde, em meio à polêmica, o Ictit promoveu, em edição especial do Centro de Estudos que comemorou os 26 anos do Instituto, o seminário "Uso de dados e indicadores para avaliação do SUS". Formada pelo coordenador do Departamento de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (Demas/MS), Afonso Teixeira dos Reis; a vice-presidenta da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Lígia Bahia; a editora da revista Radis, Eliane Bardanachvili; os pesquisadores do Laboratório de Informação em Saúde do Ictit, Cláudia Travassos e Francisco Viacava, e o diretor do Ictit, Umberto Trigueiros, a mesa de debates proporcionou a elucidação de diversos aspectos sobre o IDSUS e o levantamento de tantas outras questões pela plateia.



O IDSUS opera a partir de um parâmetro considerado ideal, que pode ser alcançado em uma escala de 1 a 10. Cada município é avaliado a partir dessa proposta e recebe uma nota, correspondente a um percentual deste parâmetro ideal

Afonso Teixeira dos Reis, coordenador do Demas/MS

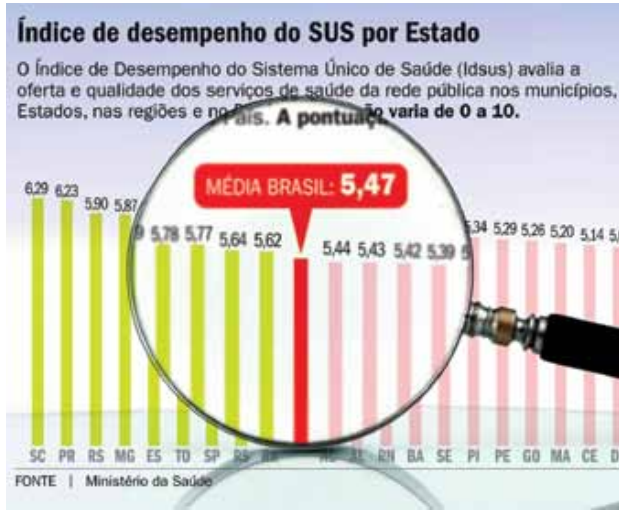


Gráfico ilustrando a matéria "Avaliação do SUS em Maringá é pior que média do Estado". Disponível em: <http://m.odiarior.com/maringa/noticia/548621/avaliacao-do-sus-em-maringa-e-pior-que-media-do-estado>



Uma avaliação que considere a integralidade e a equidade do sistema de saúde deve olhar, também, para os recursos financeiros alocados em cada município. Sabemos que o Brasil não é um país homogêneo e suas gritantes desigualdades sociais, políticas e econômicas refletem-se, também, na Saúde

Ligia Bahia, vice-presidenta da Abrasco

Em sua apresentação, Afonso dos Reis pondera a avaliação de Noronha: "O objetivo do índice é avaliar o quanto uma instituição, no caso o SUS, cumpre seus objetivos – compromisso assumido pelo ministro Alexandre Padilha em seu discurso de posse. Por isso, o Ministério da Saúde optou por um indicador que pudesse dar conta de uma realidade complexa, pois é preciso avaliar se o SUS que temos hoje segue seus próprios princípios. Mas a avaliação não tem o objetivo de classificar os serviços por meio de notas que indicariam a performance de cada município na área da saúde", garante o coordenador do Demas/MS.

Afonso dos Reis explicou que o IDSUS é composto por 14 indicadores de acesso à saúde e 10 indicadores de efetividade. "O IDSUS opera a partir de um parâmetro considerado ideal, que pode ser alcançado em uma

escala de 1 a 10. Cada município é avaliado a partir dessa proposta e recebe uma nota, correspondente a um percentual deste parâmetro ideal. Por exemplo, a nota 5 representa 50% do parâmetro; a nota 10, 100%", detalha Reis. Segundo ele, o objetivo é avaliar o cumprimento dos princípios do SUS em cada um dos 5.563 municípios brasileiros. Isto é, avaliar como os conceitos de universalidade, equidade, integralidade, descentralização, hierarquização e participação social se expressam, na prática, no acesso dos cidadãos brasileiros aos serviços de saúde – e nas respostas destes serviços aos usuários.

Para a pesquisadora Ligia Bahia, vice-presidenta da Abrasco, o IDSUS peca ao excluir da avaliação as questões envolvendo o financiamento da Saúde – em sua opinião, um dos principais entraves ao acesso e à equidade. "Uma avaliação que considere a integralidade e a equidade do sistema de saúde deve olhar, também, para os recursos financeiros alocados em cada município. Sabemos que o Brasil não é um país homogêneo e suas gritantes desigualdades sociais, políticas e econômicas refletem-se, também, na Saúde", alerta.

Para Afonso Reis, o IDSUS contribui para uma melhor compreensão sobre o desempenho do sistema de saúde pública brasileiro e aponta os avanços obtidos nos últimos anos e os desafios que ainda persistem. "O IDSUS mostra, de forma sintética, que hoje o SUS está melhor estruturado, sobretudo no acesso à atenção básica. Mas o indicador também revela o déficit de acesso à média e à alta complexidade, que precisa ser superado. Foi justamente este último critério que mais contribuiu para a determinação da 'nota baixa', que apontou uma média de 5,5 em todo o País", pontua Reis.

Proadess: o ponto de partida

Segundo o Ministério da Saúde, o IDSUS é baseado no modelo teórico do Projeto Desenvolvimento de Metodologia de Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde Brasileiro (Proadess), coordenado pelo Icict, e opera a partir de suas quatro dimensões: determinantes da saúde, condições de saúde da população, estrutura do sistema de saúde, porte populacional. No entanto, o pesquisador Francisco Viacava, chefe do Laboratório de Informação em Saúde do Icict e um dos idealizadores do Proadess, relativiza a paridade entre os modelos.

"O Proadess constitui um marco conceitual para a avaliação do desempenho de sistemas de saúde ao propor como eixo central o princípio da equidade, que diz respeito a aspectos como acesso, utilização e financiamento do SUS. Mas o projeto desenvolvido pelo Icict nunca foi pensado para uma avaliação dos municípios e sim para uma macroanálise de todo o sistema de saúde", pondera Viacava.

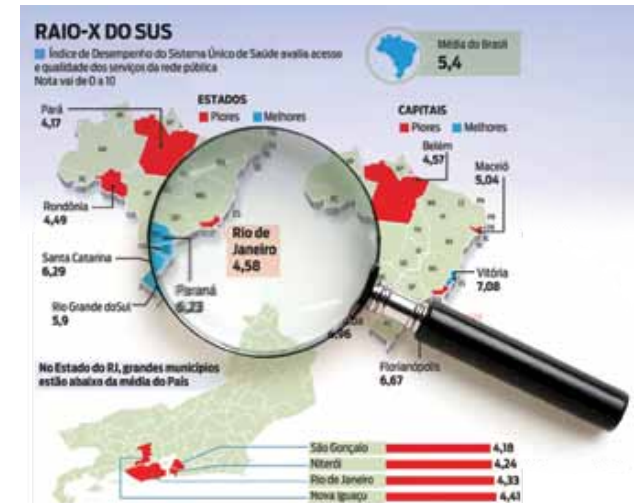
A metodologia do Proadess enfatiza, como ponto central de avaliação, a estrutura do sistema de saúde, que deve ser capaz de suprir as necessidades de saúde da população brasileira. "Tais necessidades são, em grande parte, decorrentes de determinantes sociais, políticos e econômicos. Por isso, a avaliação abrange a dimensão da 'equidade' como um eixo de análise que deve ser transversal a todas as dimensões da avaliação", esclarece Viacava.

A caracterização desses problemas de saúde em termos de morbidade, mortalidade, limitação de atividade física e qualidade de vida associada constitui a segunda dimensão de avaliação do Proadess. O objetivo, com isso, é conhecer a magnitude dos problemas e a sua expressão nas diferentes regiões



O Proadess constitui um marco conceitual para a avaliação do desempenho de sistemas de saúde ao propor como eixo central o princípio da equidade, que diz respeito a aspectos como acesso, utilização e financiamento do SUS

Francisco Viacava, chefe do Laboratório de Informação em Saúde do Icict



Infográfico da matéria "O governo concluiu que o SUS vai mal", disponível em: <http://portal.controlesociaisarandi.com.br/administracao-publica/o-governo-concluiu-que-o-sus-vai-mal>



A simplificação de informações e a valorização de dados numéricos que possam ser facilmente organizados em infográficos e tabelas são características conhecidas da mídia comercial. A lógica de ranqueamento utilizada pelo Ministério da Saúde foi um prato cheio para os veículos que seguem este modelo

Eliane Bardanachvili, editora da revista Radis

Na berlinda da mídia

Outra dimensão crítica deste processo diz respeito à repercussão do tema na grande mídia. Nas semanas seguintes à divulgação do IDSUS, inúmeras reportagens reproduziram a lógica de ranqueamento dos serviços de saúde brasileiros, sem problematizar as condições que levaram a estes resultados.

A cobertura da mídia sobre o IDSUS também foi debatida no Centro de Estudos do Ictict. Para a jornalista Eliane Bardanachvili, editora da revista Radis, a atribuição de notas aos municípios brasileiros de acordo com o seu desempenho na atenção à saúde contribuiu para a abordagem matemática da imprensa. “A simplificação de informações e a valorização de dados numéricos que possam ser facilmente organizados em infográficos e tabelas são características conhecidas da mídia comercial. A lógica de ranqueamento utilizada pelo Ministério da Saúde foi um prato cheio para os veículos que seguem este modelo”, reconhece a jornalista.

Em contrapartida, Eliane aprova a iniciativa do Ministério da Saúde em

transparecer para a população brasileira, por meio da imprensa, as informações obtidas pelo IDSUS. “Esta experiência foi oportuna para o posicionamento do SUS enquanto sujeito. No entanto, é preciso qualificar o debate, para evitar reducionismos típicos destes veículos de comunicação, que prezam pela rápida – e perigosa – assimilação de dados”, avalia a editora da Radis.

Para o diretor do Ictict, o jornalista Umberto Trigueiros, o episódio ressalta que políticas de comunicação em saúde devem fazer parte das políticas de saúde e que a mídia é um personagem político de extrema relevância no Brasil. “Quando se convoca a imprensa para a avaliação do SUS, confere-se a ela uma centralidade na construção de discursos sobre a Saúde e no contexto político pré-eleitoral dos municípios. Com isso, os meandros de uma pesquisa dessa magnitude acabam diluídos em manchetes marcadas pelo reducionismo, a espetacularidade e o sensacionalismo. Essas são características conhecidas da grande mídia e é preciso que as instituições de saúde estejam preparadas para lidar com esta realidade”, conclui. ●



Imagem que ilustra a matéria “Mais de 20% das cidades têm nota menor que 5 no SUS”, disponível em < <http://celos.net.br/conteudo.php?&sys=noticias&cat=7&id=466> >

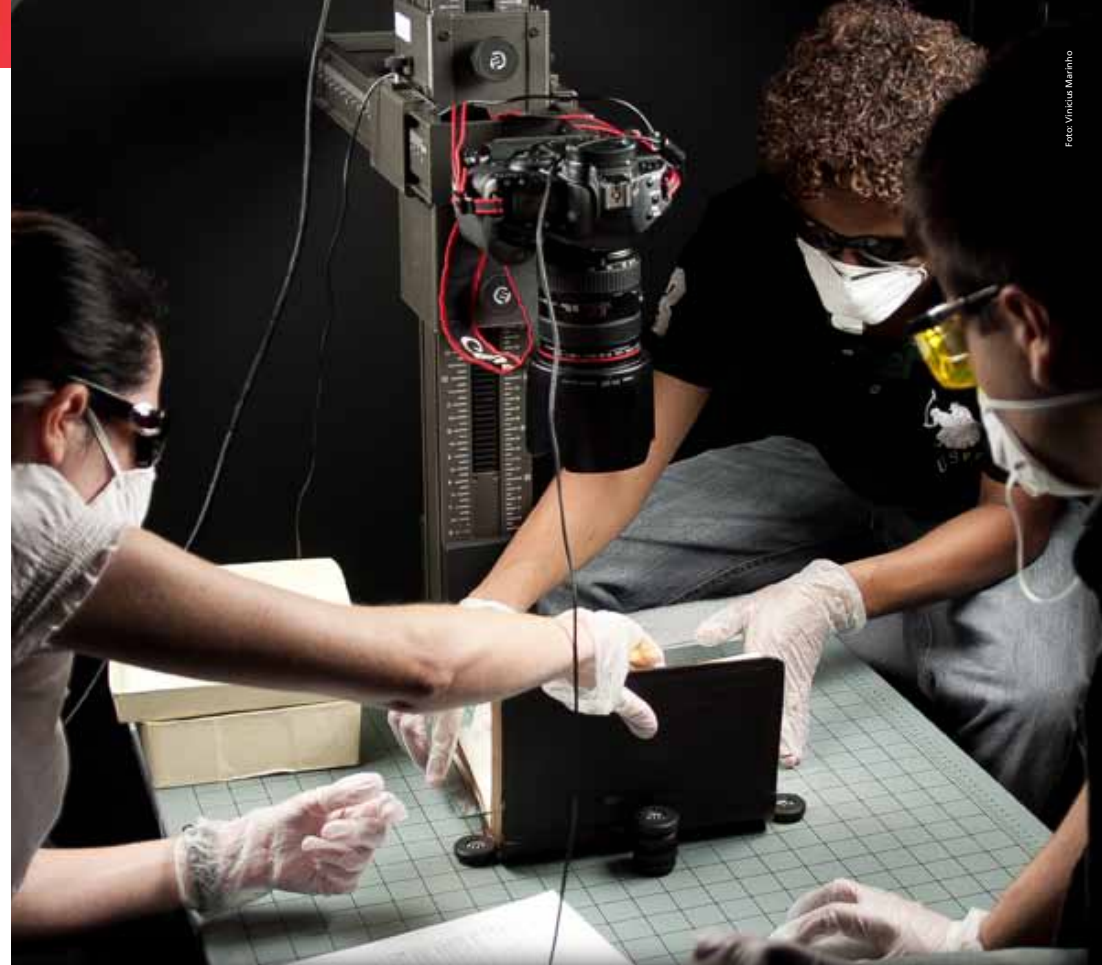


Foto: Vinícius Marinho

Laboratório de Digitalização de Obras Raras

O Laboratório de Digitalização de Obras Raras surge para implementar o conceito de preservação e acesso ao valioso acervo de publicações existentes na Seção de Obras Raras da Biblioteca de Ciências Biomédicas da Fundação Oswaldo Cruz.

www.labdigital.ictict.fiocruz.br



www.fiocruz.br



O novo portal Fiocruz vem aprofundar o compromisso institucional de prestar serviço à população. Todas as áreas foram planejadas para permitir que o visitante encontre com facilidade o conteúdo desejado, seja qual for o caminho de navegação escolhido. Construído em plataforma de código aberto, o portal é acessível a pessoas com deficiência. Conheça o espaço virtual!

Acessibilidade



Navegação editorial



Serviço ao cidadão

